



Da comunicação rural ao jornalismo científico: o jornalista e a produção de ciência nas áreas rurais contemporâneas¹

Luna Layse Almeida da SILVA²
Gislene Moreira GOMES³
Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

RESUMO

Este artigo irá descrever conceitos que envolvem jornalismo, ciência e agronomia. O intuito é pensar qual o papel do comunicador social nas interações em áreas rurais do século XXI e como tem contribuído no âmbito da comunicação rural. Para isso, é preciso refletir quais são as principais prioridades deste profissional que atua com públicos distintos e quais são os grupos sociais que tem sido priorizados pelos jornalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação rural; jornalismo científico; produtor rural.

Introdução

A comunicação rural definida por Bordenave (1980) acontece através do diálogo e influência mútua entre os atores sociais da área rural e todos os setores do país que são afetados pelo funcionamento da agricultura. Pensando nesta perspectiva, poderíamos afirmar que é amplo o número de instituições, órgãos, empresas e pessoas que integram este fluxo informacional. Mas, como é que cada integrante desta extensa rede de comunicadores atua no processo de transmissão de conteúdos?

Este trabalho irá descrever algumas das estratégias e dificuldades dos jornalistas para manter uma relação dialógico-comunicativa⁴ com as famílias que vivem no campo. Antes disso, é necessário destacar que, no livro publicado na década de 1980, Bordenave apontou três protagonistas da comunicação rural: o Estado, a população rural e as empresas relacionadas com a área agrícola. Isso implica questionar qual é o lugar

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios, email: luna.layse@gmail.com

³ Orientadora do trabalho: professora do Curso de Comunicação Social da UNEB em Juazeiro, é doutora em Ciências Sociais pela Flacso-México e tem mestrado em Cultura e Sociedade pela UFBA, email: gislene.moreira@flacso.edu.mx

⁴ Conceito definido por Paulo Freire (1992), que designa a participação recíproca dos sujeitos no ato comunicativo.



do jornalismo nos processos de comunicação da zona rural na idade contemporânea. E uma das hipóteses a se considerar, é de que esse profissional ainda tem participação indireta nas inter-relações estabelecidas com os produtores, associações e famílias que estão nessa área.

O distanciamento geográfico pode até ajudar a justificar o contato reduzido, mas existem outros fatores fundamentais para esclarecer que esta in-comunicação⁵ com o homem do campo ainda é “socialmente determinada pelo analfabetismo e o baixo nível de instrução; pela necessidade de trabalhar longas horas intensas e duramente em condições cansativas (...)”. (BORDENAVE, 1980, p. 11). A isso se deve ainda atrelar outra questão fundamental, a distinção de classes, que provoca processos históricos de formação social que são divergentes, e muitas vezes agressivos.

Conceitos que relacionam o jornalismo, a ciência e os profissionais da agronomia serão descritos neste artigo para melhor compreender a comunicação com o agricultor familiar. Também se faz necessária uma breve distinção entre extensão e comunicação, para que, em seguida, seja possível perceber que tanto o jornalista como os técnicos ou agrônomos, enfrentam desafios nesse processo de interação com o homem do campo. E para saber quais são os grupos que já conseguem se aproximar do produtor rural, como exemplos vão ser mencionados alguns dos trabalhos que são realizados no interior do Nordeste, em locais onde predomina o bioma Caatinga.

O contato com os pesquisadores das ciências agrárias

Trocar informações sobre as técnicas e o manejo de culturas agrícolas. Este é um dos objetivos de alguns técnicos e agrônomos que desempenham a atividade conhecida como “extensão” rural. Contudo, Freire (1977) adverte que o uso deste termo para designar o trabalho daqueles profissionais que conseguem atuar, efetivamente, como educadores, é um equívoco gnosiológico, já que o conceito da palavra extensão sugere a ação de estender algo a alguém, levando em consideração a existência de uma classe detentora do conhecimento – responsável pela transmissão do conhecimento – e outra que o absorve passivamente. Sendo assim, o agrônomo ou técnico extensionista seria aquele que adota o seu discurso como verdade absoluta, desconsidera a consciência crítica dos receptores da sua mensagem e não se preocupa em problematizar o “próprio

⁵ Característica da zona rural, mencionada por Bordenave (1980).



conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”. (FREIRE, 1977, p. 65). E ainda, não interage com o homem do campo, já que este é apenas “sede da ignorância”, ou o objetivo da ação transformadora que visa substituir os saberes que possuem.

Mas é a sensibilidade que tem o agrônomo educador de se aproximar dos indivíduos e conhecer o contexto sociocultural das comunidades onde trabalha, que valoriza o aprendizado mútuo. Por isso o autor esclarece que a “comunicação” é o signo que melhor representa os profissionais que mantêm a inter-relação com o camponês, já que, na ação comunicativa há sujeitos ativos, liberdade e transformação.

Em contraposição, uma das características da antidialogicidade presente na “extensão” que negligencia a capacidade intelectual do homem do campo, segundo Freire (1977), é a invasão cultural, que se distingue pela superposição de valores individuais e os atos autoritários dos invasores, seres pensantes, ordenadores. É na ação destes que os invadidos têm a crença de possuir alguma chance para argumentar. Enquanto o extensionista mantém a “manipulação”, “conquista” e o “messianismo” de quem invade.

Herbelê (2013) acredita, no entanto, que mesmo após mais de quatro décadas da publicação de Freire,

a pergunta se é extensão ou comunicação o que se estabelece na relação entre os técnicos - e as instituições que representam - e a sociedade é ainda muito fértil. Mesmo hoje, há dificuldades em se responder ordinariamente a esta questão elementar, talvez porque seja difícil colocar-se no lugar do outro, enquanto mantém-se arraigada a cultura cômoda de dispensar a alteridade, como método elementar da relação entre os atores sociais. (HERBELÊ, 2013, p.3).

Conforme se pode perceber nesta afirmação, o etnocentrismo é uma das dificuldades enfrentadas pelos agrônomos e isso contribui para inviabilizar a aceitação da cultura e tradições dos grupos sociais. “O desafio, no entanto, torna-se maior quando vivemos em sociedades marcadas pela exclusão social”. (COSTA FILHO, 2006, p. 2). Pensando na atividade desempenhada diariamente pelos jornalistas, por exemplo, é preciso entendê-lo como indivíduo que busca desvencilhar-se dos preconceitos, que possuem raízes históricas na sociedade brasileira, para evitar a disseminação de estereótipos. Manter este distanciamento das distintas formas de discriminar, nem



sempre é possível. E há o risco, mesmo involuntário, de que este profissional propague ideias marcadas pelas suas concepções ou dos seus entrevistados.

Outro erro que pode ser praticado pelo jornalista é a negligência ao papel social do seu trabalho. Em busca de melhor remuneração ou maior visibilidade, parte destes produtores da informação esquecem que a sua formação é no curso de “Comunicação Social” e por isso devem diversificar os receptores, além das ferramentas e estratégias para manter o diálogo com os diferentes públicos. Herbelê (2013) lembra que o uso intensivo das tecnologias “tem relegado ao comunicador social um papel de mero utilizador de meios técnicos e reproduzidor dos conteúdos emanados pelos campos sociais de onde partem estes discursos”. (HERBELÊ, 2013, p.1).

Assim, a visão instrumental pode estar sendo supervalorizada e o jornalista fica sujeito a recair sobre um erro semelhante àquele praticado pelos agrônomos: tratar a comunicação apenas como um meio de transmissão de conteúdos, divulgação ou transferência de conhecimentos.

Callou (2013), explica ainda que é preciso pensar o espaço agrário com as novas incursões provocadas pela era pós-moderna. Se a área rural também se modificou, o que tem feito o jornalista para se adaptar a estas mudanças? Bueno (apud FIGUEIREDO 2013) acredita que “nos dias de hoje a comunicação rural está cada vez mais à deriva, onde existe um declínio de professores e profissionais deste campo”. Percebe-se então que ainda são poucos os estudos desenvolvidos nesta área, por causa da ausência da disciplina na estrutura curricular dos cursos de comunicação social. Também na graduação em agronomia, não há muitos conteúdos voltados para a produção agrícola familiar, o curso tem priorizado, por exemplo, a busca por medidas que visam ampliar o agronegócio, a formação ainda é “por demais restrita ao foco do tecnicismo e do produtivismo, e assim carente de reflexão crítica da realidade (...)”. (MENGEL et al, 2007, p. 238).

Histórias: os estudos sobre comunicação rural

No Brasil, o incentivo aos estudos sobre comunicação rural começou em projetos como o I Curso Internacional de Ciências da Informação, organizado por Luiz Beltrão no ano de 1965, em Recife (PE) ⁶. O evento o ajudou a fundar um centro

⁶ Neste intertítulo, as informações sobre o início dos estudos sobre a Comunicação Rural e a implantação da disciplina nas universidades do Brasil são baseadas no artigo de José Marques de Melo (1993).



acadêmico de estudos midiáticos, o Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM), na Universidade Católica de Pernambuco. E é nesta mesma faculdade que no início da década de 1970 a disciplina “Comunicação Rural” foi criada e ficou sob a responsabilidade do professor Roberto Benjamin.

Outra instituição que também se dedicou a essa área foi a Universidade de São Paulo (USP), apoiada nos incentivos de José Marques de Melo que propôs a abertura do campo de estudos. Implantado em 1967, o projeto precisou ser postergado no ano seguinte, por conta dos manifestos contra o regime militar que oprimia os estudantes e a sociedade, mas a ideia foi retomada por Melo em 1970, no I Congresso de Informação Rural, realizado em Brasília (DF). Durante outro evento, a III Semana de Estudos de Jornalismo na USP, ele também provocou a retomada das discussões sobre comunicação rural, convidando cientistas sociais e jornalistas agrícolas para debater sobre “Imprensa, Tecnologia e Comunicação Rural”.

Um ano depois, a disciplina “Comunicação Rural” foi incluída na grade curricular da Escola de Comunicações e Artes da USP, até que na década de 1980 foi desativada. Outras instituições que também se interessaram por este campo foram a Universidade Católica de Minas Gerais que tinha um dos projetos mais estruturados do país, a Universidade Estadual de Londrina, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade Federal do Maranhão.

As iniciativas que tiveram maior duração

foram aquelas incrustadas nos programas de pós-graduação, que se implementaram, a partir de 1972, nas Universidade de Brasília e no Instituto Metodista de Ensino Superior em São Bernardo do Campo. Na UnB [Universidade de Brasília], a comunicação rural chegou a constituir objeto fundante do seu programa de mestrado, contando inclusive com respaldo acadêmico de universidades norte-americanas. (MELO, 1993, p.76).

Atualmente há poucos cursos de mestrado e/ou doutorado nessa área. Alguns exemplos são a Universidade Federal de Viçosa; a Universidade Federal Rural de Pernambuco; a Universidade Federal de Santa Maria, onde o curso de pós-graduação em extensão rural (CPGExR) vai completar, em 2014, 39 anos; e a especialização em residência agrária- extensão rural, na Universidade Federal de Alagoas.



As novas ruralidades

Angelo Callou e Maria Santos (2001) afirmam que foram os programas de pós-graduação em comunicação rural que começaram a desenvolver pesquisas sobre os novos contextos rurais. É o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação que vai contribuir em diversas transformações. O trabalho do produtor, que antes era apenas voltado para o setor agropecuário, também tem sido intensificado nas atividades não agrícolas. Graziano da Silva (1993) lembra também que até mesmo a distinção entre o rural e o urbano é cada vez mais difícil de ser delimitada, considerando, por exemplo, que na organização econômica não se pode identificar “as cidades apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p.1). O uso do termo agroindústria para se referir, por exemplo, ao beneficiamento de frutas, carnes, leites e frutas, por exemplo, demonstra a incursão do urbano no rural.

Com as novas ruralidades, o homem do campo da contemporaneidade também possui outras necessidades, que devem ser percebidas, para que haja a atuação do governo e da sociedade civil também nessas demandas. É levando em consideração a reconceituação dos termos agrário ou rural, que mais adiante serão mencionados neste trabalho os produtores e agricultores que atuam em diferentes setores de serviços no campo e o termo “zona rural” não será associado apenas à produção agrícola ou pecuária.

O jornalismo e as pautas da ciência no jornalismo científico

O jornalista pode contribuir para popularizar a ciência, que produz saberes relevantes para toda a sociedade. Oliveira completa ainda que

o acesso às informações de C&T [ciência e tecnologia] é fundamental para o exercício pleno da cidadania, e portanto, para o estabelecimento de uma democracia participativa, onde grande parte da população tenha de fato condições de influir com conhecimento em decisões e ações políticas ligadas à C&T. (OLIVEIRA apud AMORIM, MASSARANI, 2008, p.75).

E do mesmo modo que a facilidade do acesso pode efetivar a igualdade de direitos sociais, a não publicidade das informações de interesse público é prejudicial para a população, que fica refém de corporações detentoras de saberes e tecnologias.



Fabíola de Oliveira (2005) lembra que o poder concentra-se cada vez mais nas mãos dos países e grandes grupos econômicos que detêm conhecimentos e produção tecnológica em larga escala. Então a tarefa de compartilhar as pesquisas desenvolvidas em instituições e empresas produtoras de ciência, é uma grande responsabilidade seja para assessores ou jornalistas.

Destacando que há grande relevância na ação desempenhada pelos comunicadores que fazem a cobertura dos estudos que envolvem o campo científico, é necessário também provocar a seguinte reflexão: quais são os temas e públicos-alvo que têm sido privilegiados nas matérias publicadas nos veículos de massa e pós-massivos, que produzem informação sobre a ciência? A biotecnologia, inovação, astronomia, genética, novas descobertas na área da saúde, meio ambiente, são alguns dos assuntos recorrentes na mídia.

Esse amplo universo de pautas integra um dos gêneros no campo da comunicação social que é denominado de “jornalismo científico”. Alguns teóricos acreditam que o uso do termo “científico” para designar uma área que busca facilitar o acesso às informações sobre a ciência através de uma linguagem mais simples, tende a ser contraditório, considerando que a semântica dessa palavra está relacionada com o conhecimento institucionalizado, sistemático, disciplinado e ao uso da linguagem rebuscada. Esse mesmo conceito ajuda a inferir que o pequeno agricultor não tem sido uma das prioridades neste segmento do jornalismo. Deve-se questionar ainda quais são as notícias sobre as pesquisas ou estudos desenvolvidos por empresas e universidades que são dirigidas às comunidades rurais. E ainda perceber onde há o caráter educativo e em quais produtos os interesses mercantis permanecem em primeiro lugar.

A quem serve o jornalismo científico que centraliza as suas atenções, por exemplo, na indústria agropecuária? Bueno esclarece que “a ciência, a tecnologia e a inovação precisam ser percebidas em sua complexidade e abrangência e isso significa não contemplá-las em sua perspectiva exclusivamente técnica, mas a partir de um contexto político, econômico e sócio-cultural mais amplo”. (BUENO, 2013, p.2). O autor além de afirmar que é preciso conhecer as necessidades da população, destaca em outro momento que as empresas lutam pela defesa de interesses próprios e até para “subjugar adversários”. Não são poucos os exemplos que podem ser mencionados, o monopólio pode ser facilmente identificado “em segmentos como a indústria bélica, da saúde, agroquímica e de biotecnologia, entre muitos outros”. (BUENO, 2013, p.1).



Neste cenário, o jornalista corre o risco de ceder aos interesses capitalistas ou privilegiar conhecimentos que são mais importantes para as indústrias e uma classe minoritária que se beneficia dessas relações comerciais. Ou então, em outros casos, produzir notícias que corroboram com os interesses de alguns cientistas ou pesquisadores.

Na área científica ainda há outros pecados que costumam ser frequentes, a falta de diversificação de fontes ou a má apuração dos dados são algumas delas. E é a dificuldade muitas vezes, de interpretar o conhecimento científico, ou encontrar mais de uma fonte para esclarecer sobre um determinado fato, além de outros fatores, que podem prejudicar o trabalho jornalístico nesta área.

Do jornalismo científico à comunicação rural

É difícil supor a existência de uma linha tênue que possa distinguir a comunicação rural de jornalismo científico. Mas há algumas diferenças entre estes campos, é claro, e é possível afirmar, conforme o que já foi discutido anteriormente, que o primeiro está mais voltado para as relações entre população rural, associações, agrônomos e técnicos, além de ser pouco reconhecido, pela sociedade civil, como campo de atuação também do jornalista, pelo menos no Brasil; e o segundo dá versatilidade a este profissional, permitindo que participe de variadas produções, com assuntos diversos considerando a amplitude da ciência, e ainda assim, nos meios de comunicação os temas mais vistos são aqueles que pouco beneficiam, de forma direta ou imediata, os cidadãos comuns.

Há um conjunto universo mais amplo ao se pensar nas pautas que integram a atividade do jornalista especializado em ciência. Seria então a comunicação rural um subconjunto do jornalismo científico? Caso sim, assim poderia ser ilustrado o diagrama:

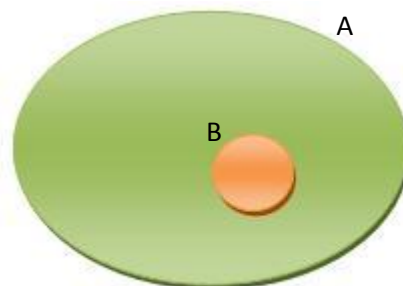


Figura 1: Representação dos conjuntos



Em A, estariam representadas o grupo de pautas que integram o jornalismo científico, e em B, os temas de âmbito da comunicação rural. Com maior número de elementos e maior interesse comercial, o conjunto A tem tido maior destaque em jornais, revistas e televisão do Brasil. E, conseqüentemente, há mais profissionais de jornalismo que atuam neste campo. Para pensar ainda sobre os noticiários produzidos sobre a comunicação rural, podem ser citados os assuntos que abordam, por exemplo, a reforma agrária, assentamentos rurais, inserção de tecnologias no campo, a seca no Semiárido e outros. Mas estas também podem ser pautas do jornalismo de ciência, e é neste sentido que os temas que envolvem a comunicação rural estão contidos no jornalismo científico.

Pensando ainda sobre as principais pautas da comunicação rural, é possível inferir que, em alguns casos, ainda são disseminados estereótipos e produzidas informações com juízos de valor que revelam o jogo de interesses ou até mesmo o desconhecimento de alguns profissionais. Uma das visões deturpadas propagadas pela mídia, é de que “os habitantes da Caatinga foram mergulhados em uma situação de profundo atraso social, político, econômico e técnico e por isso necessitam de iluminação”. (GONÇALVES, 2012, p. 32). Neste sentido, a inserção de tecnologias costuma ser apontada como a “solução” para o Semiárido.

No Sertão do São Francisco, um novo olhar

Apesar da flexibilidade dos conteúdos, a busca por mecanismos que facilitem a compreensão dos textos e o intuito de tornar público os conhecimentos que são de interesse da população, falta ao jornalismo científico se voltar também para o agricultor que não tem uma grande propriedade, nem produz para exportar, mas vive da terra e precisa de alternativas que auxiliem a sua permanência na zona rural, onde o acesso a recursos essenciais para a manutenção de atividades básicas, como alimentação, pode ser uma dificuldade.

Há estudos e técnicas desenvolvidas por outras instituições, empresas e entidades públicas que são voltados, por exemplo, para a criação de mecanismos que possam contribuir para aumentar o acesso do pequeno produtor aos saberes imprescindíveis para minimizar os riscos de perda dos cultivos, reduzir o gasto de água com o intuito de preservar este recurso, ampliar a pesca, incentivar o beneficiamento de produtos agropecuários, colaborar com a produção do artesanato, contribuir com o



turismo, além de outros temas e técnicas que podem fazer diferença nos rendimentos obtidos pelas populações rurais.

Algumas iniciativas, nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), interior do Nordeste, são de organizações não governamentais, entidades públicas, organizações da sociedade civil, associações e grupos religiosos imbuídos no objetivo de contribuir principalmente com as pessoas que estão nas áreas de sequeiro e precisam de auxílio principalmente em período de poucas chuvas, na região Semiárida.

As mídias audiovisuais, digital, impressa e a comunicação oral são algumas das estratégias que são utilizadas, por exemplo, pela Articulação do Semiárido⁷, pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada⁸, pela unidade de Petrolina da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária⁹ e pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A¹⁰. Mas será que nestes produtos – criados, em sua maioria, com a contribuição de jornalistas e cientistas/pesquisadores – já está sendo possível se aproximar da linguagem dos pequenos agricultores, que em muitos casos ainda não são alfabetizados? Para conseguir chegar a uma resposta seria preciso desenvolver outro estudo que sirva para diagnosticar quais são as ferramentas que são decodificadas pelas comunidades rurais, e em quais meios ainda ocorrem ruídos ou in-comunicação.

Breves considerações finais

Para se tornar um dos protagonistas da comunicação rural, o jornalista precisa dedicar parte da sua atenção às famílias e grupos que interferem diretamente nas relações da área rural. E o incentivo deve partir principalmente das instituições de ensino onde esses profissionais são formados. Melo (1993) acredita que são as universidades inseridas em contextos culturais interioranos, que devem ser voltadas prioritariamente para as questões relativas à comunicação rural.

A interação entre os atores sociais do campo exige o preparo também dos profissionais de agronomia, para que junto aos jornalistas, ambos possam buscar mecanismos e estratégias para compreender o contexto social, as particularidades, a linguagem e, principalmente, as necessidades que tem o produtor rural do século XXI.

⁷ Rede formada por organizações da sociedade civil.

⁸ Organização não governamental sediada em Juazeiro (BA).

⁹ Empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁰ Surgiu em 1991, com a fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (Epaba) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA).



Pois, a depender do território ou região onde esteja inserido, as demandas podem ser distintas. E para melhor contribuir com as famílias rurais, é preciso entender, inicialmente, o que precisam e como será possível cooperar para a melhoria na qualidade de vida.

Para atuar na “zona rural” é preciso entender que o fluxo de comunicação não é verticalizado. Quem já vive no campo conhece muito sobre a natureza e o seu saber deve ser valorizado, reconhecido e até multiplicado. É por isso que o diálogo também se faz necessário. E são nos atos e uso das ferramentas de comunicação que o jornalista pode ser fundamental nestas interações.

Portanto, ampliar os estudos sobre os mecanismos que podem auxiliar para a efetiva comunicação rural, deve ser um dos campos de estudos do jornalista com interesse nas problemáticas do campo. Um dos objetivos do profissional deve ser o de tornar as mensagens mais acessíveis para um público-alvo que muitas vezes é formado por pessoas com pouca escolaridade. Para isso, uma observação ou estudo sobre os meios de comunicação que já são produzidos para as famílias rurais poderá trazer diversas contribuições para as empresas, pesquisadores, ONG's e instituições que atuam na área rural.

Referências Bibliográficas

DE AMORIM, Luís Henrique; MASSARANI, Luisa Medeiros. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, 2008.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação rural*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Comunicação rural: discurso e prática*. Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária, 1993.

BUENO, Wilson da Costa (2013). Resgatando o papel do Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.blogdowilson.com.br/ler_mens.asp?m=371&PN=1&i=25#.UyXY7KhdVKY>. Acesso em 16 de mar. de 2014.



CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e era tecnológica: tema de abertura. Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. Recife: Bagaço, p. 07-28, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; SANTOS, Maria Sallet Tauk. Formação de comunicadores rurais: novas estratégias para enfrentar o século XXI. Revista Contexto & Educação, v. 16, n. 63, p. 119-130, 2013.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. "Etnocentrismo, Comunicação e Cultura Popular." Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação (2006).

DE OLIVEIRA, Fabíola. Jornalismo científico. Editora Contexto, São Paulo, 2.ed., 2002.

FIGUEIREDO, Marcelo P. O jornalismo científico e a comunicação rural na cobertura do agronegócio. 2011. 68f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Área de Artes, Letras e Comunicação, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria (MS), 2011.

FREIRE, Paulo. Comunicação ou extensão. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

FRIEDRICH, O. A Comunicação Rural: Proposição Crítica de uma nova concepção. Brasília, Embrater: 1988.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Caatingueiros e Caatinga: a agonia de uma cultural. Maceió: Gráfica Grafipel, 2012, p. 32. Disponível em: <<http://www.esmeraldolopes.com/arquivos/CAATINGUEIROS%20E%20CAATINGA%20PDF%20LIVRO.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. Por um novo programa agrário. Revista Reforma Agrária, ABRA, n.2, vol. 23, maio/ago., 1993.

HERBELÊ, Antônio. A comunicação social como fator de desenvolvimento. **In:** "Workshop Comunicação para o desenvolvimento na pesquisa e na extensão rural, com o uso de rádio e TV", 25 a 29 de novembro de 2013, Brasília (DF). Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B2pXikbqPID5Q1Fkbf9yQUxyU1U/edit?pli=1>>. Acesso em 25 de fev. de 2014.

MELO, J. M. O espaço da comunicação rural nas escolas de comunicação social. **In:** Comunicação Rural Discurso e Prática. BRAGA, G. M. & KUNSCH, M. M. K.



Imprensa Universitária, Viçosa: 1993.

MENGEL, A. A.; PRADO R. L.; De BEARZI, I.; PICCIN D. V.; NUNES A.S. B.; FROEHLICH, J. M. Formação profissional da Agronomia: Problematização ao uso de agrotóxicos e visualização de alternativas tecnológicas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 237 -240, out. 2007. Disponível em: <<http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/2805/2421>>. Acesso em 03 de mar. de 2014.

VERAS JÚNIOR, J. S. Da informação ao conhecimento: o jornalismo científico na contemporaneidade. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10845/1/Mestrado_AnaAzevedo.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2014.